



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2013

PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO – PPF CNPB 1990.0011-65

APRESENTAÇÃO

Prezado participante,

O Relatório Anual de Informações do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF, elaborado pela Fundação GEAPPREVIDÊNCIA, apresenta aos participantes diversas informações e demonstrativos acerca do desempenho financeiro e administrativo no exercício 2013.

A elaboração deste relatório segue os procedimentos estabelecidos na legislação e normas de previdência complementar, em especial à Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006. Neste encarte estão publicados dados da gestão dos investimentos, composição e distribuição das aplicações financeiras, despesas administrativas e demonstrativos contábeis, dentre outras informações.

Em 2013 foi realizado o processo de separação da administração dos negócios (saúde e previdência) da GEAP Fundação de Seguridade Social. Desta forma, os planos de Pecúlio Facultativo e GEAPREV foram transferidos para a Fundação GEAPPREVIDÊNCIA, entidade dedicada exclusivamente à administração do segmento de previdência. Conforme comunicado aos participantes sobre a transferência de gerenciamento, realizado na oportunidade, a mudança em nada modificou os direitos e deveres dos participantes dos planos.

Ressaltamos que o Estatuto e o Regulamento do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF foram alterados apenas para substituir o nome da nova entidade administradora dos planos previdenciários, a Fundação GEAPPREVIDÊNCIA.

A Fundação GEAPPREVIDÊNCIA obteve, em 2013, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC a aprovação, pelo 2º ano consecutivo, do seu Projeto de Educação Previdenciária, que reúne diversas ações relativas à disseminação de cultura voltada para o planejamento do futuro visando, dentre outros aspectos, despertar o interesse dos participantes nos assuntos relativos aos seus planos de benefícios.

Com a referida aprovação, a Fundação foi dispensada da obrigação do envio da versão impressa do presente relatório, possibilitando agilidade no processo de divulgação das informações e, sobretudo, economia para os planos e para os participantes.

Salientamos, ainda, como conquistas no exercício, a manutenção do Clube de Vantagens, a ampliação dos canais de comunicação e relacionamento com os participantes e a reformulação do Portal da Fundação na internet.

Destacamos o baixo custo administrativo da GEAPPREVIDÊNCIA, que, segundo estudo publicado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, é expressivamente menor em relação a outras entidades de porte similar.

Este presente instrumento busca conferir transparência na prestação de contas da GEAPPREVIDÊNCIA junto aos participantes do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF e ser uma importante forma de acompanhamento da gestão dos planos de benefícios. Registramos que o estatuto, regulamento, demonstrações contábeis, política de investimentos e demais informativos estão disponíveis para consulta na internet (www.geap.com.br).

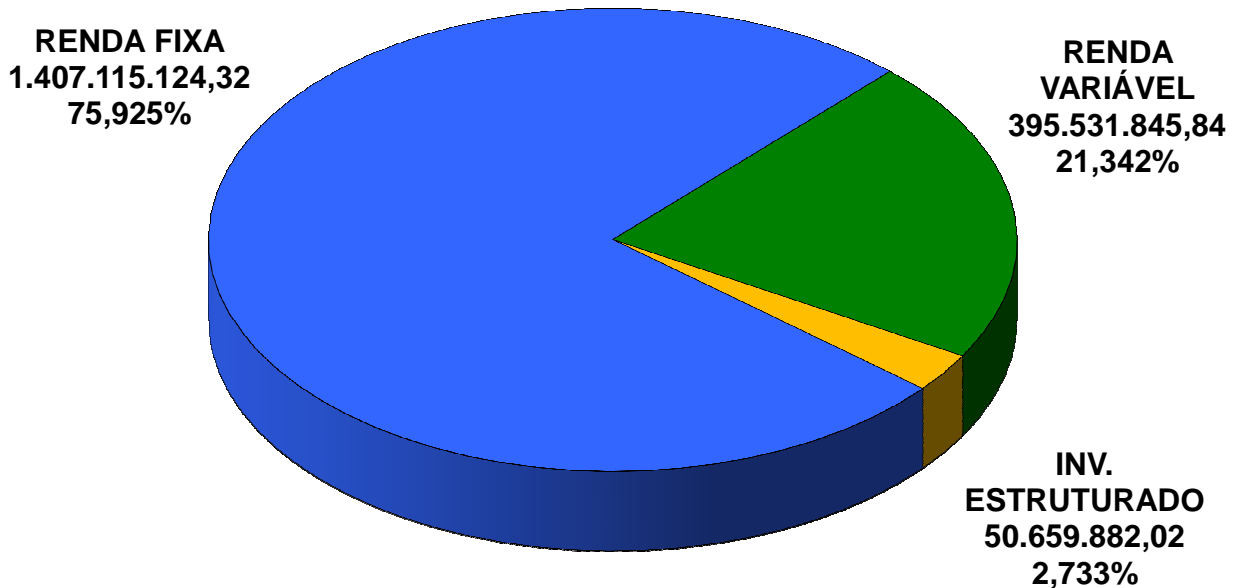
Brasília, abril de 2014.

Aubiérgio Barros de Souza Filho
Interventor

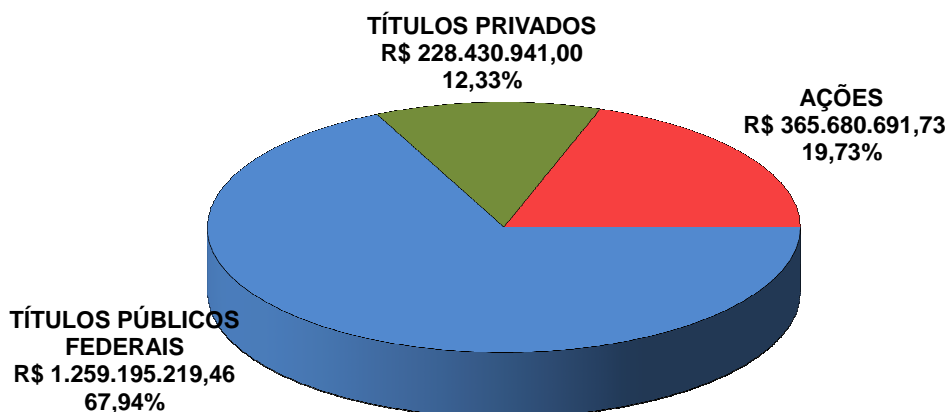
DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

Os recursos do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF são administrados seguindo o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como pelos critérios estabelecidos na Política de Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2013 o total das aplicações do PPF alcançou o valor de R\$ 1.853.306.852,18. Este montante está dividido em três principais segmentos: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados, conforme demonstrado no quadro a seguir:



A carteira de investimentos do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF, no valor total de R\$ 1.853.306.852,18, pode ser vista também de outra forma, tendo por referência os veículos de investimentos conforme demonstrado no quadro a seguir:



Na Política de Investimentos para o ano de 2013 a taxa mínima atuarial do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF foi estabelecida pela composição do INPC + 4 % ao ano.

Em 2013 a rentabilidade nominal consolidada do PPF foi de -3,03 % ficando abaixo da meta atuarial que acumulou 9,79 % no período (índice de inflação + taxa de juros).

No segmento de renda fixa a rentabilidade foi de -3,02 % sendo fortemente impactado pela oscilação das taxas de juros dos títulos públicos. A carteira de renda variável apresentou rentabilidade de -4,01 %, enquanto que o IBOVESPA (índice referencial do mercado de ações) fechou o ano de 2013 com uma variação de -15,50 %. Por sua vez, o segmento de investimentos estruturados alcançou a rentabilidade de 4,45 %.

No quadro a seguir está demonstrada a rentabilidade nominal de 2013 do PPF por segmento, por sub-segmento e o resultado consolidado do período, bem como a taxa atuarial do plano e os índices de referências.

PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO

ESPECIFICAÇÃO DO SEGMENTO	R\$	% TOTAL	Rentabilidade
APLICAÇÃO			% em 2013
RENDA FIXA	1.407.115.124,32	75,92	(3,02)
CARTEIRA PRÓPRIA	579.830.006,06	31,29	(5,26)
Títulos Públicos	507.169.547,40	27,37	(8,39)
Títulos Privados	72.660.458,66	3,92	6,97
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	827.285.118,26	44,64	(0,61)
Fundos de Renda Fixa	821.093.753,23	44,30	4,77
Fundos de Crédito	609.618,62	0,03	(98,57)
FIDCs	5.581.746,41	0,30	186,75
RENDA VARIÁVEL	395.531.845,84	21,34	(4,01)
Fundos Ibovespa	300.473.640,22	16,21	(4,24)
Fundo IGCT	95.058.205,62	5,13	(3,25)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	50.659.882,02	2,73	4,45
Fundos Multimercado	0,00	-	5,53
Fundo de Investimentos em Participações	50.659.882,02	2,73	3,82
IMÓVEIS		-	
Caixa + contas a pagar / receber			
Total dos Investimentos	1.853.306.852,18	100,00	(3,03)

Taxa atuarial (INPC + 4 %)	Exigível Atuarial	9,79
Índices de referências	CDI	8,06
	Ibovespa	-15,50

No quadro a seguir está demonstrada a rentabilidade por segmento e da carteira consolidada, juntamente com os respectivos referenciais de mercado e taxa atuarial.

Segmento	Rentabilidade do segmento	Referencial de Mercado e taxa atuarial	
RENDA FIXA	-3,02%	CDI	8,06%
RENDA VARIÁVEL	-4,01%	IBOVESPA	-15,50%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,45%	Taxa atuarial	9,79%
CARTEIRA CONSOLIDADA	-3,03%	Taxa atuarial	9,79%

A maior parte dos recursos garantidores do PPF está aplicada no segmento de Renda Fixa, que representa 76,07 % dos recursos garantidores. No Segmento Renda Variável a alocação perfaz 21,38 % e no segmento de Investimentos Estruturados o PPF aplica 2,74 %. As aplicações financeiras são efetuadas através da aquisição de títulos e de quotas de fundos de investimentos, conforme ilustrado no quadro a seguir.

SEGMENTO/Especificação	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2013	
	R\$	% RG	R\$	% RG
RENDA FIXA	1.513.357.729,33	77,54%	1.407.115.124,32	76,07%
Fundo de Investimento	742.351.627,41	38,04%	827.285.118,26	44,73%
Carteira Própria	771.006.101,92	39,50%	579.830.006,06	31,35%
RENDA VARIÁVEL	412.039.869,59	21,11%	395.531.845,84	21,38%
Fundo de Ações	412.039.869,59	21,11%	395.531.845,84	21,38%
INV. ESTRUTURADO	29.943.797,09	1,53%	50.659.882,02	2,74%
Fundo Multimercado	5.594.392,45	0,29%	-	0,00%
Fundo FIP	24.349.404,64	1,25%	50.659.882,02	2,74%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.955.341.396,01	100,19%	1.853.306.852,18	100,20%
Disponibilidade				
Exigível Contingencial	(33.450.102,44)	-1,71%	(33.503.804,87)	-1,81%
Depósitos	462,99	0,00%	2.789,48	0,00%
Depósitos Judiciais	29.794.967,63	1,53%	29.848.670,04	1,61%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)	1.951.686.724,19	100,00%	1.849.654.506,83	100,00%

Obs.: A disponibilidade é composta pelo saldo em conta-corrente, saldo das contas a receber/pagar

Os títulos que representam as aplicações da GEAP são custodiados no Bradesco, instituição financeira responsável pela custódia e administração, que tem também como atribuição centralizar o controle do patrimônio da Fundação.

Os investimentos do PPF em 31 de dezembro de 2013 estão distribuídos da seguinte forma:

SEGMENTO / APLICAÇÃO	R\$	R\$	%RG
RENDA FIXA		1.407.115.124,32	76,07%
CARTEIRA PRÓPRIA		579.830.006,07	31,35%
NTN-B	412.425.366,43		22,30%
NTN-C	94.744.180,98		5,12%
DPGE	72.660.458,66		3,93%
FUNDOS (RENDA FIXA)		827.285.118,25	44,73%
Renda Fixa	821.093.753,22		44,39%
Fundos de Crédito	609.618,62		0,03%
Direitos Creditórios	5.581.746,41		0,30%
RENDA VARIÁVEL		395.531.845,84	21,38%
FUNDOS DE AÇÕES	395.531.845,84		21,38%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		50.659.882,02	2,74%
FUNDOS INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - FIP	50.659.882,02		2,74%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS ⁽¹⁾		1.853.306.852,18	100,20%
Disponibilidade		(3.652.345,35)	-0,20%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)		1.849.654.506,83	100,00%

Obs.: ⁽¹⁾ O total de investimento não conta com os dados de Depósitos, Depósitos Judiciais e Exigível Contingencial.

Do total dos investimentos 31,35 % estão aplicados em títulos que compõem a Carteira Própria do segmento de Renda Fixa. A aplicação direta de recursos do PPF em Títulos Públicos Federais e Títulos Privados que compõem a Carteira Própria está assim composta:

GESTÃO PRÓPRIA	31/12/2012		31/12/2013	
	R\$	% RG	R\$	% RG
TÍTULOS PÚBLICOS	584.686.760,53	31,61%	507.169.547,41	27,42%
TÍTULOS PRIVADOS	186.319.341,39	10,07%	72.660.458,66	3,93%
TOTAL DA CARTEIRA PRÓPRIA DE RENDA FIXA	710.587.164,03	36,41%	579.830.006,07	31,35%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)	1.951.686.724,19		1.849.654.506,83	

A Resolução CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002 estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Registramos todos os títulos e valores mobiliários do plano PPF estão, em 31 de dezembro de 2013, classificados na categoria de "títulos para negociação", portanto, precificados à valor de mercado.

Quanto aos fundos de investimentos (Renda Fixa, Ações e Multimercados), estes representam 68,85 % do total dos recursos garantidores. Referidos fundos são geridos por instituições financeiras terceirizadas, conforme demonstrado a seguir:

NOME DE FUNDO	GESTOR	R\$	% RG
GERANIUM INSTITUCIONAL RF	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	384.147.662,51	20,77%
VIENA INSTITUCIONAL FIRF	VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	112.490.843,43	6,08%
FLORENÇA INSTITUCIONAL GEAP FI RENDA FIXA	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	117.313.415,45	6,34%
MELLON ARX MODENA INSTITUCIONAL GEAP FIA	BNY MELLON ARX INVESTIMENTOS	102.957.170,32	5,57%
ITAU GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES - FI GÊNNOVA	ITAU UNIBANCO S.A	95.058.205,62	5,14%
GERAÇÃO FUTURO FI AÇÕES GEAP	GERAÇÃO FUTURO - GESTÃO DE RECURSOS S.A	138.565.123,28	7,49%
VALENÇA INSTITUCIONAL FIRF	HSBC GESTÃO DE RECURSOS LTDA	83.496.204,89	4,51%
VENEZA INSTITUCIONAL GEAP FI AÇÕES	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT BRASIL LTDA	58.951.346,62	3,19%
TOSCANA INSTITUCIONAL FIRF	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	68.070.126,10	3,68%
MALIBU INSTITUCIONAL FIRF	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM S.A.	55.575.500,85	3,00%
PRIMAZIA FIRF CREDITO PRIVADO	VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S.A	609.618,62	0,03%
RIO BRAVO ENERGIA I FIP	RIO BRAVO INVESTIMENTO LTDA.	25.121.280,99	1,36%
P2 BRASIL INFRAESTRUTURA FIQ de FIP	P2 GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	9.696.957,12	0,52%
PATRIA SPECIAL OPPORTUNITIES	PATRIA INVESTIMENTOS LTDA.	11.942.920,84	0,65%
ECO MULTI COMMODITIES FIDC FINANCEIROS AGROPECUARIOS	ECOAGRO - EMPRESA DE CONSULTORIA DE	2.307.849,69	0,12%
FIP KINEA PRIVATE EQUITY II	KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	3.898.723,07	0,21%
UNION NATIONAL FIDC	ROOT CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS	692.142,35	0,04%
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I FIDC	VINCI CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.	2.581.754,37	0,14%
Total com Gestão Terceirizada		1.273.476.846,12	68,85%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (RG)		1.849.654.506,83	

Atualmente a GEAPPREVIDÊNCIA possui fundos exclusivos com administração do Bradesco, que é a instituição financeira responsável para executar os serviços de custódia da entidade, a controladoria e administração dos fundos exclusivos.

Apresentamos, a seguir, de acordo com o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, os principais custos dos fundos de investimentos em 2013.

Especificação	R\$
Taxa de Administração/Gestão/Controladoria/Custódia	7.624.233,32
Auditoria/Selic/Cetip/ANBID/TX_BVSP/Honorários/Outros	4.061.548,61
Corretagens/Performance	236.486,09
Taxa CVM	257.230,90
Cartório/Emolumentos	9.641,82
	12.189.140,74

No quadro a seguir listamos as despesas administrativas do PPF em 2013.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO PPF		8.258.294,07
Administração Previdencial		7.516.083,12
Pessoal e encargos	3.688.035,82	
Treinamentos/congressos e seminários	36.974,10	
Viagens e estadias	34.793,93	
Serviços de terceiros	2.763.993,18	
Despesas gerais	954.563,19	
Depreciações e amortizações	37.709,40	
Outras Despesas	13,50	
Administração dos Investimentos		742.210,95
Pessoal e encargos	460.249,86	
Treinamentos/congressos e seminários	750,67	
Serviços de terceiros	232.720,74	
Despesas gerais	48.489,68	

Fonte: DPGA consolidado em 2013
 GEAP Fundação de Seguridade Social (jan à set) e Fundação GEAPPREVIDÊNCIA (out à dez)

O PPF está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimentos do Plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN 3.792, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

Com relação aos limites de diversificação fixados na Resolução 3.792 o plano está enquadrado nas alocações em Debêntures, Renda Variável, Instituição não Financeira e Fundos de Investimentos. No FIDC há desenquadramento passivo em relação ao % do Patrimônio do Fundo do Eco Multi Commodities.

A FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA administra, também, o Plano GEAPPrev que em 2013 aplicou seus recursos nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados tendo obtido a rentabilidade nominal consolidada de 2,24 % no período.

PROVISÕES

A Provisão para Devedores Duvidosos, ou simplesmente PDD, é registrada quando algum investimento, após a efetiva aplicação, deixa de cumprir com suas obrigações relacionadas ao pagamento do valor do principal aplicado e/ou das prestações (parcelas e rendimentos).

No PPF houve o registro de provisões no Fundo de Investimentos e Direitos Creditórios, Fundo Exclusivo de Investimentos Primazia Crédito Privado e na Carteira Própria, conforme abaixo:

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

R\$ / mil

Especificação do título	Ano aplicação	Valor Aplicado	Valor dos rendimentos (1)	Valor recebido (2)	Valor. Provisionado (3)	Valor corrigido pelo CDI (4)
FIDC Eco Multi Commodities	2007	66.545	15	66.560	0	19.083
FIDC Union	2008	50.000	0	4.929	45.071	74.280
TOTAL					45.071	93.363

Fundo de Investimento Primazia

R\$ / mil

Especificação do título	Ano aplicação	Valor Aplicado	Valor dos rendimentos (1)	Valor recebido (2)	Valor. Provisionado (3)	Valor corrigido pelo CDI (4)
CCB Canguru	2009	12.300	5.114	14.983	2.431	2.272
CCB Prol Editora Gráfica	2010	21.700	6.650	18.119	10.231	10.280
CCCB Dedini S/A Ind.Base	2010	21.200	6.882	12.141	15.941	16.182
CCI Atac Part.e Agrop.Ltda	2010	20.000	8.254	6.021	22.233	22.004
CCCB Toscana Neg. e Part. S/A	2010	20.300	9.241	7.199	22.342	22.522
CCB Inepar	2010	20.100	7.699	13.016	14.783	16.664
TOTAL					87.961	89.924

Carteira Própria

R\$ / mil

Especificação do título	Data aplicação	Valor Aplicado	Valor dos rendimentos (1)	Valor recebido (2)	Valor. Provisionado (3)	Valor corrigido pelo CDI (4)
CCB Bolero	2010	51.000	14.576	31.500	34.076	37.219
TOTAL					34.076	37.219

Legendas:

CCB – Cédulas de Crédito Bancário

CCCB – Certificado de Cédulas de Crédito Bancário

CCI – Cédulas de Crédito Imobiliário

(1) Valor dos rendimentos: Valor acumulado dos rendimentos da aplicação financeira até a data da ocorrência do primeiro atraso no pagamento.

(2) Valor recebido: Valor acumulado efetivamente recebido pela entidade.

(3) Valor provisionado: Ressaltamos que no caso dos FIDCs e do Fundo de Investimentos Primazia os registros das provisões foram realizadas dentro da carteira dos respectivos fundos, com impacto direto no valor das quotas. Por sua vez, a provisão do valor referente ao título integrante da carteira própria foi realizada diretamente na conta do ativo. Na Nota Explicativa, no item 4.3 Investimentos, constam informações adicionais sobre o FIDC Eco Multicommodities, FIDC Union, Fundo de Investimento Primazia e carteira própria.

(4) Valor corrigido pelo CDI: Valor do saldo devedor até a data do último recebimento atualizado pela taxa de juros de mercado, representada pelo CDI. Demonstra o valor atual do débito com base no custo de oportunidade.

Com objetivo de recuperar as provisões apontadas, foram ajuizadas ações de execução das garantias contra todos os devedores em atraso.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO

(Resumo – em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 de dezembro de 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - Responsável Junto a PREVIC

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Aubiérgio Barros de Souza Filho	338.835.054-04	Interventor

Objetivos da Gestão: O objetivo da Fundação GEAPP previdência é administrar os recursos do Plano PPF de forma eficiente e econômica, através da assunção dos níveis de riscos admitidos em prol da rentabilidade que atenda no mínimo a evolução de seu passivo previdencial. Para a consecução de seu objetivo, a Fundação GEAPP previdência utilizará filosofia de investimentos para cada segmento em que atua e que reflita máxima eficiência alocativa, de tal sorte que produza rentabilização com solidez e liquidez adequada para o cumprimento de suas obrigações, traduzidas pelo fluxo líquido previdenciário.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2014 a 12/2014	INPC	4,00% aa

Cenário Macroeconômico

Indicador	Especificação	2013	2014	2015	2016	2017
Selic nominal	Taxa de juros básica	10,00%	10,25%	10,50%	10,00%	9,50%
Ibovespa	Bolsa de Valores	14,95%	15,21%	15,47%	14,95%	14,43%
Multimercado	Fundos de Investimentos	12,50%	12,81%	13,13%	12,50%	11,88%
Inflação INPC	IBGE	5,68%	5,93%	5,30%	5,00%	5,00%

Cenário elaborado pela empresa de consultoria Risk Office

Na tentativa de obter independência na construção de variáveis macroeconômicas, vitais para a definição da estratégia de investimentos, a Fundação GEAPP previdência contratou os serviços da Risk Office, empresa que presta serviços de consultoria especializada para o mercado financeiro e para Fundos de Pensão.

Índice de Referência / Meta

Segmento	Índice de Referência	Meta
Renda Fixa Gestão de Terceiros Carteira Própria	CDI INPC + 4% ao ano, CDI	INPC + 4% ao ano
Renda Variável Gestão de Terceiros	Ibovespa, IGC, IBX, INPC + 4% ao ano	INPC + 4% ao ano
Investimentos Estruturados		INPC + 4% ao ano
Investimentos no Exterior		INPC + 4% ao ano
Imóveis		INPC + 4% ao ano
Operações com Participantes		INPC + 4% ao ano

Alocação de Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	48,00%	100,00%	62,00%
Renda Variável	0,00%	26,00%	22,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	1,00%	1,00%
Imóveis	0,00%	5,00%	0,00%
Operações com Participantes	0,00%	10,00%	5,00%

Alocação por Emissor		
Emissor	Mínimo%	Máximo%
TESOURO NACIONAL	0,00%	100,00%
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00%	20,00%
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00%	10,00%
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00%	10,00%
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00%	10,00%
FIDC/FICFIDC	0,00%	5,00%
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00%	10,00%
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00%	10,00%
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	10,00%

Concentração por Emissor		
Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00%	25,00%
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00%	25,00%
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00%	25,00%
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00%	25,00%
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	25,00%
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	25,00%
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00%	25,00%
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00%	25,00%

Concentração por Investimento		
Emissor	Mínimo%	Máximo%
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00%	25,00%
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00%	25,00%
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00%	25,00%

Rentabilidade (%)		
Emissor	2012	2013
PLANO	13,10%	-3,03%
RENDA FIXA	12,56%	-3,02%
RENDA VARIÁVEL	15,06%	-4,01%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4,85%	4,45%

Controle de Risco

Risco de Mercado – Utiliza-se como indicador principal de risco de mercado a metodologia de Value at Risk – VaR com os tratamentos e ajustes inerentes ao desenvolvimento da modelagem matemática, os quais presumem-se minorar as fragilidades mercadológicas do conceito, traduzindo-se a preservação de capital em medida ex-ante de avaliação. São definidos os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, horizonte de tempo de 21 dias úteis.

Risco de Crédito – Qualquer aplicação, no referido segmento, deverá ser avaliada de acordo com o que estabelece a normatização interna quanto aos processos de investimentos mobiliários da Fundação GEAPPrevidência visando minimizar este tipo de risco. Seguindo referidos critérios o plano PPF poderá assumir risco de crédito tanto na carteira própria quanto na carteira terceirizada, tendo por base classificação efetuada por agência de risco.

Risco de Liquidez – Diante de um conceito maior, o risco de liquidez da Fundação GEAPPrevidência é avaliado no momento do estudo de seu ALM, ou seja, a Fundação norteia a aplicação de seus recursos pela indicação, mas não somente, de necessidades de atendimento de seu fluxo de caixa previdenciário, o qual sinaliza a liquidez do *portfólio* para o pleno atendimento das obrigações.

Risco Legal – Este risco está relacionado, por exemplo, com o questionamento jurídico na execução dos contratos, os quais são submetidos à apreciação de seu departamento jurídico.

Risco Operacional – Caberá à área especificada em normativo verificar se os procedimentos realizados para a gestão dos investimentos tanto da carteira própria, quanto da carteira terceirizada, estão de acordo com os preceitos recomendáveis e atendem ao padrão necessário à segurança da Fundação GEAPPrevidência, em especial no que se refere às operações efetivadas no mercado financeiro.

Risco Sistêmico – Pode ser definido como a probabilidade de ocorrer perdas acumuladas devido a um evento que dá início a uma série de prejuízos sucessivos ao longo de uma cadeia de instituições ou mercados, que compõem um sistema. Especificamente no caso da Fundação GEAPPrevidência será efetuado o acompanhamento dos aspectos correlatos ao mercado financeiro e, em particular, da atuação do Banco Central do Brasil no que se refere às instituições financeiras.

Controle pela Divergência Não Planejada – DNP – O cálculo da Divergência Não Planejada - DNP definida pela diferença entre a rentabilidade verificada e a taxa mínima atuarial (INPC + 4% ao ano) é apurada de acordo com a legislação vigente e com os parâmetros estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

BALANÇO PATRIMONIAL

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA				FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2013</u>		
<u>DISPONÍVEL</u>		5	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>		7.364		
			Gestão Previdencial	6.1	6.767		
<u>REALIZÁVEL</u>		<u>1.930.982</u>	Gestão Administrativa	6.2	597		
Gestão Previdencial	4.1	11.069					
Gestão Administrativa	4.2	1.058	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>				
	4.3	<u>1.918.855</u>	Gestão Previdencial	7	41.044		
Títulos Públicos		508.977	Gestão Administrativa		7.540		
Créditos Privados e Depósitos		76.294	Investimentos		33.504		
Ações		402.150					
Fundos de Investimentos		901.586	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>		<u>1.884.511</u>		
Depósitos Judiciais		29.849	Patrimônio de Cobertura do Plano		1.806.738		
			Provisões Matemáticas	8.1	1.449.769		
<u>PERMANENTE</u>	5	<u>1.932</u>	Benefícios a Conceder		1.449.769		
Imobilizado		1.932	Equilíbrio Técnico	8.2	356.969		
			Superávit Técnico Acumulado		356.969		
			Fundos	8.3	77.773		
			Fundos Previdenciais		66.703		
			Fundos Administrativos		11.070		
TOTAL DO ATIVO		<u>1.932.919</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>1.932.919</u>		

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Descrição	<u>31/12/2013</u>
1. Ativos	<u>1.905.285</u>
Disponível	3
Recebível	22.127
Investimento	<u>1.883.155</u>
Títulos Públicos	507.169
Créditos Privados e Depósitos	72.660
Ações	395.532
Fundos de Investimento	877.945
Depósitos Judiciais/Recurais	29.849
2. Obrigações	<u>47.811</u>
Operacional	6.767
Contingencial	41.044
3. Fundos não Previdenciais	<u>11.070</u>
Fundos Administrativos	11.070
5. Ativo Líquido (1-2-3)	<u><u>1.846.404</u></u>
Provisões Matemáticas	1.424.113
Superávit Técnico	356.969
Fundos Previdenciais	65.322

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA	
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)	
Descrição	<u>31/12/2013</u>
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.850.939
1. Adições	<u>50.545</u>
Contribuições	18.843
Resultado Positivo dos investimentos - Gestão Previdencial	31.702
2. Destinações	<u>(55.079)</u>
Benefícios	(22.808)
Resultado Negativo dos investimentos - Gestão Previdencial	(30.409)
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(926)
Custeio Administrativo	(936)
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	<u>(4.534)</u>
Provisões Matemáticas	26.572
Fundos Previdenciais	919
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(32.025)
B) Ativo Líquido - final do exercício - final do exercício (A+3)	<u><u>1.846.405</u></u>
C) Fundos não previdenciais	<u>(4.782)</u>
Fundos Administrativos	(4.782)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA	
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	
(Em milhares de reais)	
Descrição	31/12/2013
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	10.286
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.300
1.1 Receitas	3.300
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.039
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.261
2. Despesas Administrativas	2.347
2.1 Administração Previdencial	2.206
Pessoal e encargos	69
Treinamentos/congressos e seminários	5
Serviços de terceiros	1.891
Despesas gerais	231
Depreciações e amortizações	10
2.2 Administração dos Investimentos	141
Serviços de terceiros	127
Despesas gerais	14
3. Resultado Negativo de Investimentos	169
4. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	784
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	784
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	11.070

Observação:

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – período: out a dez/14.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - DPT

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2013
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	1.781.082
1. Provisões Matemáticas	1.424.113
1.1 Benefícios a Conceder	1.424.113
Benefício Definido	1.424.113
2. Equilíbrio Técnico	356.969
2.1 Resultados Realizados	356.969
Superávit técnico acumulado	356.969
Reserva de contingência	356.028
Reserva para revisão de plano	941
3. Fundos	65.322
3.1 Fundos Previdenciais	65.322
4. Exigível Operacional	6.767
4.1 Gestão Previdencial	6.767
5. Exigível Contingencial	41.044
5.1 Gestão Previdencial	7.540
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	33.504

Observação:

Com a edição da Resolução CNPC nº12, de 19/08/2013, publicada no Diário Oficial da União de 30/08/2013, a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios – DOAP foi substituída pela Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

PARECER ATUARIAL Nº 03/14

O PPF Plano de Pecúlio Facultativo - CNPB nº. 19.900.011-65 - é de modalidade Benefício Definido e recebe contribuições apenas do participante, não havendo contraparte do patrocinador. O Pecúlio Por Morte, seu benefício principal, é calculado em função do salário do participante e de um multiplicador que varia entre múltiplos de 10 entre 10 e 100.

A contribuição média do participante é de 3,73% da folha de salários, é próxima ao percentual do Custo Normal, 3,82%, motivo pelo qual indicamos sua manutenção.

A despesa administrativa do PPF tem como fonte de custeio 5% das contribuições, complementada por parte pelo patrimônio do Plano.

A rentabilidade nominal acumulada de janeiro a dezembro de 2013 do PPF foi negativa de - 3,03%, não superando a meta atuarial de INPC + 4%, que totalizou 9,79%, de acordo com informações da Gerência de Investimentos – GEINV. Entretanto, como a meta atuarial atual já está em patamar bastante baixo e como o ano de 2013 não foi favorável para investimentos, optou-se por mantê-la para 2014.

As informações cadastrais posicionadas em 31/12/2013 foram consideradas consistentes e serviram de base à avaliação atuarial posicionada na mesma data, que utilizou as seguintes hipóteses:

- **Tábua de Mortalidade: GKM 1970;**
- **Taxa real de juros anual: 4,00%;**
- **Crescimento real anual dos salários: 2,1469%;**
- **Taxa de rotatividade: 1,33%;**
- **Fator de capacidade: 0,971.**

O resultado do Plano apurado em 31/12/2013 é o seguinte:

Resultado apurado em 31/12/2013.

	31/12/2013
Ativo líquido	R\$ 1.846.404.343,54
Reservas matemáticas	R\$ 1.424.113.224,33
Superávit técnico	R\$ 356.969.320,84
Reserva de Contingência	R\$ 356.028.306,08
Fundo Administrativo	R\$ 11.070.439,89
Reserva Especial	R\$ 941.014,76
Fundo Revisão de Plano	R\$ 65.321.798,37

A constituição do Fundo Previdencial – Revisão de Plano de R\$ 65.321.798,37, em 31/12/2013, decorre da redução de 10% nas contribuições ocorridas em maio de 2010, em consonância com a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Muito embora a Resolução CGPC 26/2008 indique que a revisão do plano de benefícios será obrigatória após o decurso de três exercícios de reserva especial, e que referido superávit deve ser integralmente destinado, o valor da Reserva Especial apurada em 31/12/2013 tem valor muito baixo para se implementar qualquer alteração no Plano de Benefícios ou redução das taxas do Plano de Custeio, motivo pelo qual indicamos que o Plano de Pecúlio Facultativo não sofra qualquer alteração em seu rol de benefícios ou nas alíquotas de contribuição para o exercício de 2014.

Este é o parecer.

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Adilson Moraes da Costa
Atuário MIBA 1.032 MTE/RJ

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO DE 1º DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação GEAPPrevidência (doravante referida como “GEAPPrevidência” ou “Fundação”) é uma entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, amparada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Fundação aplica seus recursos financeiros integralmente no país, não distribuindo dividendos ou participações, sendo seu resultado revertido em reservas para cobertura do seu plano de benefício aos servidores e/ou empregados das patrocinadoras, assim como a seus beneficiários, com a finalidade de promover o bem-estar social dos participantes e beneficiários.

A Fundação tem como objetivo a criação, administração e execução de planos solidários de benefícios de natureza previdenciária complementar, assemelhados aos da previdência social oficial, na forma de benefício definido ou contribuição definida. Os recursos necessários para consecução desses objetivos são obtidos por meio de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, além dos rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimento.

O GEAPPrevidência administra atualmente dois planos, sendo um de Benefício Definido - BD e outro na modalidade de Contribuição Definida - CD:

a) O Plano de Pecúlio Facultativo – PPF, na modalidade Benefício Definido – BD, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) por meio da Portaria nº 2.529, de 23 de setembro de 2008, e tem por objetivo proporcionar ao Participante, no momento de sua aposentadoria ou em outros eventos especiais, previstos no seu regulamento, um benefício direto, ou aos Beneficiários Designados, em consequência do falecimento do Participante, um benefício Indireto, feito em pagamento único. O Plano de Pecúlio Facultativo registrou em 31 de dezembro de 2013 o total de 60.640 participantes.

b) O Plano GEAPREV foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atualmente PREVIC, por meio da Portaria SPC/MP Nº 188, de 17 de março de 2005, e as últimas alterações de seu regulamento foram aprovadas pela Portaria PREVIC/DTEC Nº 508, de 27 de setembro de 2013, publicada em 30 de setembro de 2013. O Plano GEAPREV registrou em 31 de dezembro de 2013 o total de 1.036 participantes.

Na modalidade CD o benefício consiste numa mensalidade apurada com base na reserva individual de poupança formada pelas contribuições individual e patronal acumuladas enquanto o participante esteve vinculado ao plano, acrescida à rentabilidade obtida. Atualmente este plano é dos funcionários da GEAP.

O plano oferece aos participantes a aposentadoria Programada por idade e tempo de contribuição, a aposentadoria por invalidez e Pecúlio por invalidez. Para os beneficiários do participante, a critério e por opção expressa do mesmo, o Plano GEAPREV oferece o Pecúlio por morte do participante ativo ou a pensão temporária por morte do participante ativo ou a pensão temporária por morte do participante assistido.

A escrituração contábil é centralizada em sua Sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

INTERVENÇÃO

Em 27 de março de 2013, foi decretada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC a intervenção na GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL, por meio da Portaria nº 155, de 26 de março de 2013.

Por conta da intervenção na GEAP Fundação de Seguridade Social, foi decretada, em 19 de agosto de 2013, a intervenção na Fundação GEAPPREVIDÊNCIA, por meio da Portaria PREVIC nº 414, de 16 de agosto de 2013.

A intervenção na GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL foi encerrada a partir de 18 de outubro de 2013, por meio da Portaria nº 615 da PREVIC, de 06 de novembro de 2013.

Por sua vez, a intervenção na Fundação GEAPPREVIDÊNCIA foi prorrogada por 180 dias, por meio da Portaria PREVIC nº 57, de 11 de fevereiro de 2014.

TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO

Em setembro de 2013 foi aprovada, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a transferência de gerenciamento da GEAP Fundação de Seguridade Social para a Fundação GEAPPREVIDÊNCIA dos seguintes planos:

- Plano de Benefícios GEAPREV - CNPB nº 2005.0006-47, por meio da Portaria MPS/PREVIC/DITEC Nº 508 de 27/09/2013 – DOU de 30/09/2013; e
- Plano de Pecúlio Facultativo - CNPB nº 1990.011-65, por meio da Portaria MPS/PREVIC/DITEC Nº 509 de 27/09/2013 - DOU de 30/09/2013.

Por sua vez, houve, por meio da Portaria nº 510, de 27 de setembro de 2013, o cancelamento da autorização para funcionamento da GEAP Fundação de Seguridade Social como Entidade Fechada de Previdência Complementar.

O Patrimônio Social da GEAP Fundação de Seguridade Social, referente às atividades previdenciais, foram incorporados na Fundação GEAPPREVIDÊNCIA, no montante de R\$ 1.887.022, referente ao período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013.

A Gestão Assistencial permaneceu na entidade GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE, no montante de R\$ 650.441, referente ao período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013.

Abaixo apresentamos o Balanço Patrimonial parcial do período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2013 da GEAP Fundação de Seguridade Social.

	<u>30/09/2013</u>		<u>30/09/2013</u>
<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
<u>DISPONÍVEL</u>	<u>57</u>	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	<u>10.218</u>
		Gestão Previdencial	9.439
		Gestão Administrativa	780
<u>REALIZÁVEL</u>	<u>1.935.542</u>		
Gestão Previdencial	10.482	<u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u>	<u>40.300</u>
Gestão Administrativa	1.078	Gestão Previdencial	6.841
Investimentos	<u>1.923.982</u>	Investimentos	33.459
Títulos Públicos	525.237		
Créditos Privados e Depósitos	74.478	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>1.887.022</u>
Ações	396.376	Patrimônio de Cobertura do Plano	<u>1.811.043</u>
Fundos de Investimentos	898.088	Provisões Matemáticas	<u>1.422.048</u>
Depósitos Judiciais	29.804	Benefícios a Conceder	1.422.048
		Equilíbrio Técnico	<u>388.995</u>
<u>PERMANENTE</u>	<u>1.942</u>	Superávit Técnico Acumulado	388.995
Imobilizado	1.942		
		Fundos	<u>75.979</u>
		Fundos Previdenciais	65.693
		Fundos Administrativos	10.286
<u>GESTÃO ASSISTENCIAL (*)</u>	650.441	<u>GESTÃO ASSISTENCIAL</u>	650.441
TOTAL DO ATIVO	<u>2.587.982</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>2.587.982</u>

Desta forma, a partir de 1º de outubro de 2013, a Fundação GEAPP previdência, CNPJ 18.868.955/0001-20, assumiu as atividades relativas especificamente à previdência da GEAP Fundação de Seguridade Social, conforme “Termos de Transferência de Gerenciamentos de Planos” aprovados pela PREVIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar CGPC (atualmente PREVIC), do Ministério da Previdência Social –MPS, por meio das Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013. Elas são apresentadas em milhares de reais e consolidam as posições dos planos administrados pela GEAPP previdência.

Nos demonstrativos contábeis não constam o saldo anterior para comparabilidade, devido à transferência de gerenciamento dos planos previdenciários da GEAP Fundação de Seguridade Social para a Fundação GEAPP previdência, ocorrida em 1º de outubro de 2013.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos, a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras:

3.1. Investimentos

Os títulos para negociação estão registrados pelo valor de mercado, de acordo com o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

Ativos de Renda Fixa: compreende-se que as operações com rendas definidas, podendo ser pré ou pós-fixadas, deverão ser registradas na ocasião da aplicação pelos valores efetivamente pagos acrescidos dos

rendimentos auferidos “pró-rata temporis”, em função dos dias decorridos até a data do balanço, e ajustadas, se for o caso, a valor de mercado. Os ágios e deságios ocorridos nas aquisições de títulos foram corrigidos, amortizados mensalmente e apropriados “pró-rata temporis” às despesas ou receitas pelo prazo que decorre da data de aquisição até o vencimento do título;

Fundos de investimentos: são contabilizados pelos valores desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador.

Investimentos Imobiliários: são registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear à taxa de aproximadamente 2% ao ano e, quando aplicável, ajustados de acordo com as reavaliações realizadas.

Imposto de Renda na Fonte: a Lei de nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Privada da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

3.2. Permanente – Imobilizado

O imóvel está registrado ao valor justo, sendo sua reavaliação efetuada pelo menos a cada três anos, conforme Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Os demais imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e deduzidos das depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em conta o prazo de vida útil dos bens.

3.3. Exigível Operacional

Na Gestão Previdencial, representa valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos Participantes e na Gestão Administrativa, pagamentos com Pessoal e Encargos, Fornecedores e Obrigações Fiscais.

3.4. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas referem-se ao resultado dos cálculos atuariais, efetuados por atuário interno, habilitado e contratado pela Fundação, do custo de benefícios a serem pagos pelos participantes, deduzidos das contribuições futuras.

A conta de Benefícios a conceder registra o valor atual dos compromissos futuros da Fundação em relação aos seus atuais participantes ativos.

3.5. Transferências

As transferências são efetuadas nas contas de resultado de cada Gestão e os critérios utilizados para a movimentação do resultado das aplicações e cobertura dos gastos administrativos estão em conformidade com a legislação pertinente.

Gestão Previdencial: é creditada e/ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e debitada pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA para cobertura das despesas administrativas.

Gestão Administrativa: é creditada e/ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e creditada pelo recebimento de recursos da Gestão Previdencial para cobertura das despesas administrativas.

Investimentos: são debitados e/ou creditados pelas transferências de recursos entre o fluxo de investimentos e as gestões previdencial e administrativas decorrentes de resultados positivos ou negativos dos investimentos e debitados pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA para cobertura das despesas administrativas.

3.6. Apuração do resultado do período de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2013.

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência. A Demonstração da Mutação do Ativo líquido apresenta a composição do resultado com adições (receitas), destinações (despesas), e os acréscimos e decréscimos representados pela constituição das provisões de custeio para Patrocinadoras e Participantes, formando fundos exclusivos para cada modalidade de plano.

3.7. Alteração de Demonstrativo

A Resolução MPS/CNPC n . 12, de 19 de agosto de 2013, alterou a nomenclatura da Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício – DOAP para Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão previdencial

	<u>2013</u>
Contribuições normais - Participantes (a)	6.142
Contribuições em atraso	<u>147</u>
Ministério da Saúde	3.902
INSS	1.464
Outras patrocinadoras	424
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(5.360)
Outros Realizáveis	818
Depósito Judicial	3.962
Total	<u><u>11.069</u></u>

(a) Refere-se a contribuições exclusivamente dos participantes que são servidores ou empregados das patrocinadoras e que aderiram ao plano de pecúlio facultativo. A característica deste plano é de benefício definido e a contribuição varia de acordo com o s lario, faixa etária e o multiplicador escolhido.

(b) A administração da Fundação vem provisionando as contribuições em atraso de acordo com os critérios definidos na Instrução MPS n  34, de 24 de setembro de 2009, resumidos a seguir:

- Atraso entre 61 e 120 dias, 25% dos créditos vencidos são provisionados;
- Atraso entre 121 e 240 dias, 50% dos créditos vencidos são provisionados;
- Atraso entre 241 e 360 dias, 75% dos créditos vencidos são provisionados; e
- Atraso superior a 360 dias, 100% dos créditos vencidos são provisionados.

4.2. Gestão administrativa

	<u>2013</u>
Contribuições para Custeio (a)	313
Outros Recursos a Receber (b)	735
Outros Realizáveis	<u>10</u>
Total	<u><u>1.058</u></u>

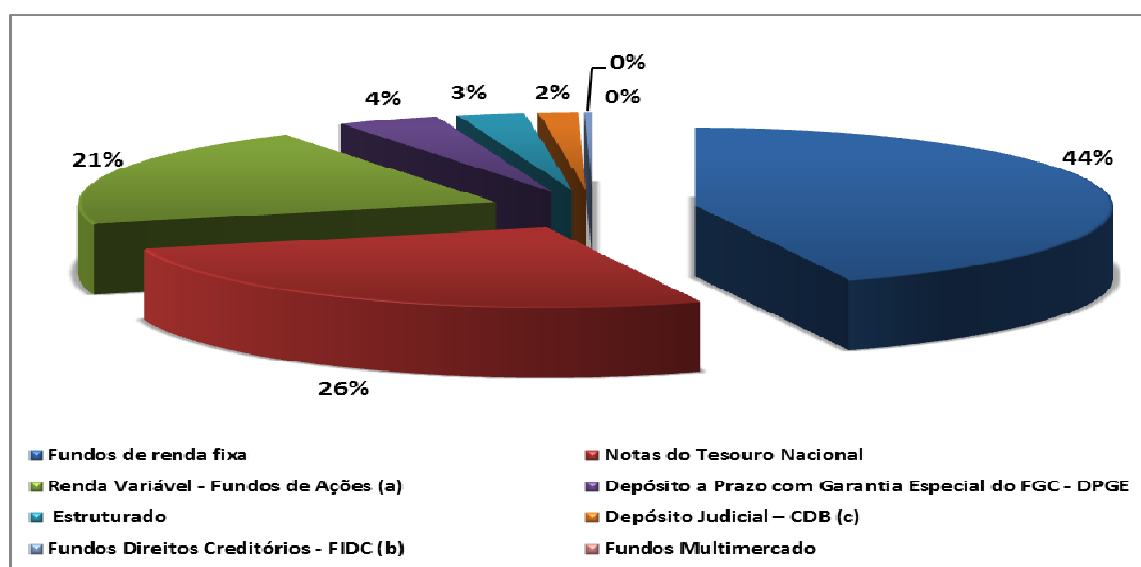
(a) São valores a receber do Plano de Gestão Administrativa a serem repassados do Plano de Pecúlio Facultativo e do GEAPREV, referente ao custeio;

(b) Nesta conta está registrado o valor de custeio dos investimentos do Plano de Pecúlio Facultativo.

4.3. Investimentos

2013

Renda Fixa	<u>1.430.608</u>
Títulos públicos (carteira própria)	<u>508.977</u>
Notas do Tesouro Nacional	<u>508.977</u>
Créditos Privados e Depósitos	<u>76.294</u>
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	<u>76.294</u>
Fundos de investimento	<u>845.338</u>
Fundos de renda fixa	<u>845.338</u>
Renda Variável	<u>402.150</u>
Fundos de Ações (a)	<u>402.150</u>
Fundos Estruturados	<u>50.660</u>
Fundos Multimercado	<u>0</u>
Fundos Direitos Creditórios - FIDC (b)	<u>5.588</u>
Depósito Judicial – CDB (c)	<u>29.849</u>
Total	<u>1.918.855</u>

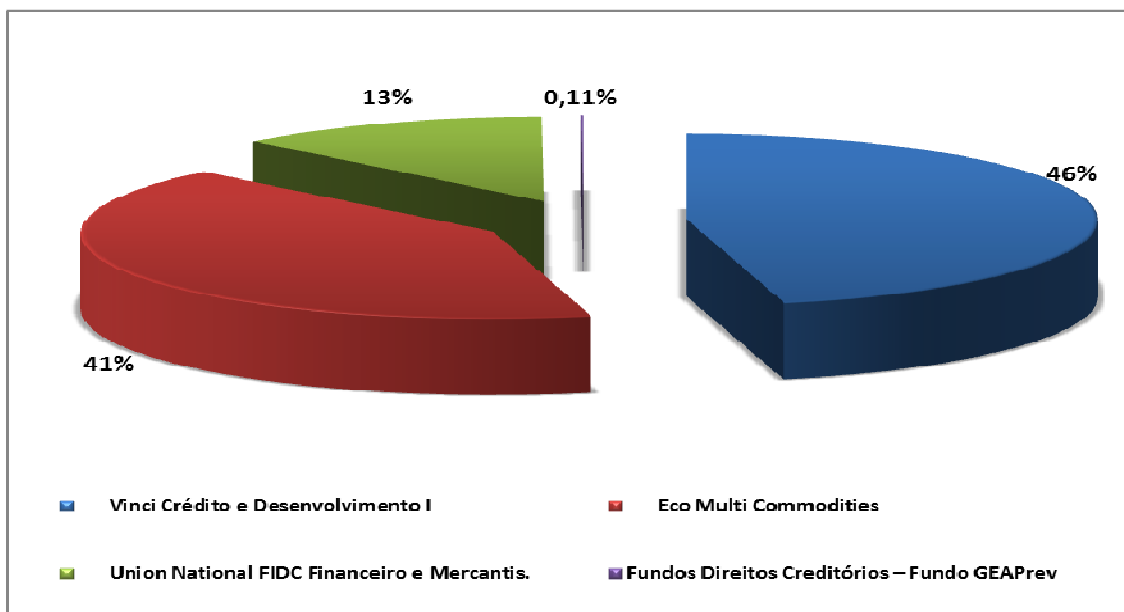


(a) O segmento de renda variável é composto por fundos de investimentos em ações, administrados pelo Banco Bradesco S.A. Os fundos são compostos basicamente por ações que compõem o índice IBOVESPA.

(b) O detalhamento das aplicações da GEAP em Fundos de Direitos Creditórios – FIDCs é apresentada a seguir:

2013

Fundos Direitos Creditórios – Fundo Pecúlio	<u>5.582</u>
Eco Multi Commodities	<u>2.308</u>
Union National FIDC Financeiro e Mercantis.	<u>692</u>
Vinci Crédito e Desenvolvimento I	<u>2.582</u>
Fundos Direitos Creditórios – Fundo GEAPrev	<u>5</u>
Union National FIDC Financeiro e Mercantis.	<u>5</u>



a) Em 2007, a Fundação aplicou R\$ 66.545 no fundo Eco Multi Commodities, em quotas sênior, cuja classificação efetuada pela agência de riscos Fitch Ratings atribuiu nota A (bra), considerando um investimento de baixo risco de crédito. A classificação emitida pela Standard & Poor's, em setembro de 2010, mantida no relatório de monitoramento emitido em abril de 2011, atribuiu nota BB (bra), que indicava ser um investimento de risco moderado. Até 2013, a GEAP recebeu, a título de amortização, o montante de R\$ 66.560, sendo que neste período o valor recebido foi de R\$ 5.829. O saldo contábil da carteira é de R\$ 2.308 em 2013.

b) Em 2008, a Entidade aplicou R\$ 50.000 no fundo Union National FIDC Financeiro e Mercantis, uma vez que o mesmo havia sido classificado, na ocasião, como investimento de baixo risco de crédito, de acordo com relatório de risco emitido pela agência de risco AUSTIN Ratings, que atribuiu nota AA, a 2ª maior nota na escala desta agência. Entretanto, apesar da amortização parcial no valor de R\$ 4.929 em 2009, o acentuado provisionamento dos créditos, notadamente no referido ano e em 2010, acima de 90% da carteira, ocasionou rebaixamentos de classificação. O saldo contábil é de R\$ 692 em 2013.

Classificação da Carteira

De acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os investimentos podem ser classificados nas categorias "Títulos para Negociação" e "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Todos os Títulos da GEAPPrevidência estão classificados, em 31 de dezembro de 2013, como "Títulos para negociação", estando, por consequência, marcados a preço de mercado.

O parâmetro utilizado na determinação do valor de mercado dos títulos públicos contabilizados na categoria "Títulos para Negociação" é o PU – Preço Unitário da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Para os títulos privados os parâmetros utilizados seguem a metodologia de precificação de ativos constante no manual do custodiante.

A composição dos investimentos, por plano de benefícios e prazos de vencimentos, está indicada a seguir:

a) Plano de Pecúlio Facultativo

No Plano de Pecúlio Facultativo, os recursos no segmento de renda fixa estão alocados preponderantemente em títulos públicos e títulos privados através da carteira própria e de fundos exclusivos. A carteira consolidada está demonstrada no quadro a seguir:

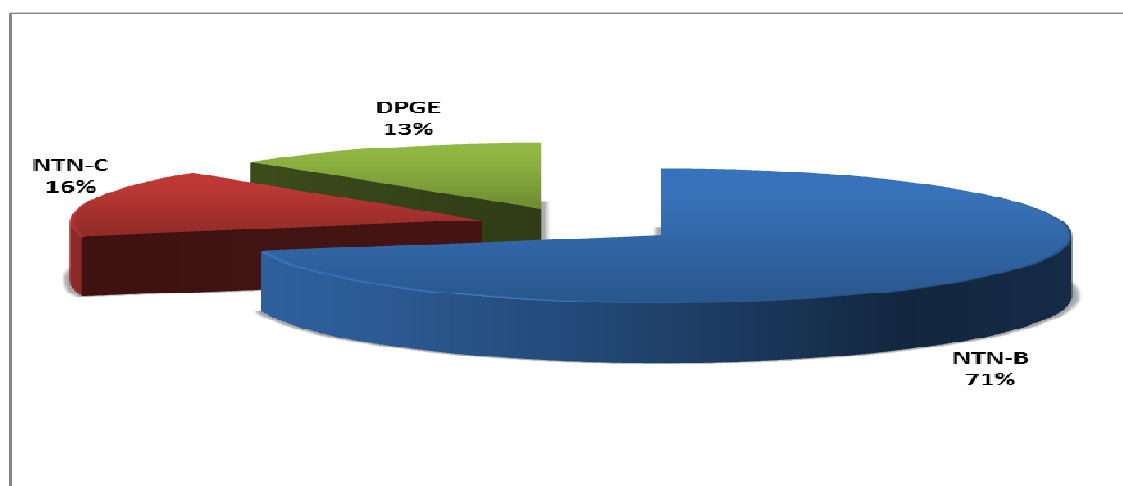
Títulos para negociação (Carteira de fundos exclusivos – consolidada):

Os títulos para negociação possuem o valor contábil correspondente ao seu valor justo (valor de mercado).

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2013</u>
NTN-B	2014	8.465
NTN-B	2015	36.199
NTN-B	2016	63.623
NTN-B	2018	47.839
NTN-B	2020	28.181
NTN-B	2022	50.625
NTN-B	2024	29.787
NTN-B	2030	11.193
NTN-B	2035	20.460
NTN-B	2040	21.138
NTN-B	2045	42.777
NTN-B	2050	53.436
NTN-C	2031	4.283
LFT	2014	56.977
LFT	2015	35.976
LFT	2017	4.984
LFT	2019	20.144
LTN	2014	52.301
LTN	2015	19.616
LTN	2016	8.488
LTN	2017	594
Debêntures	2014	2.039
Debêntures	2015	1.026
Debêntures	2016	4.052
Debêntures	2017	9.887
Debêntures	2018	2.038
Debêntures	2020	1.958
DPGE	2015	4.222
LTN-O	2014	44.327
NTN-O	2014	54.270
NTN-F	2017	3.384
NTN-F	2021	113
CCB	2014	9.152
CCI	2015	11.033
CDB	2014	4.394
LFS	2017	4.148
LFS	2018	26.417
LFS	2019	6.069
LF	2014	17.781
LF	2015	5.991
Provisão Fundo Primazia (*)		-87.961
Valor a receber Títulos		67.776
Provisionados		
Cotas de Fundos RF	2015	12.749
FIDC - Cotas sênior		5.582
Fundos de renda variável		395.532
Fundos estruturados		50.660
Saldos a pagar /a receber		-247
Total		<u>1.273.478</u>

Títulos para negociação – (Carteira própria):

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2013</u>
NTN-B	2015	133.315
NTN-B	2020	35.666
NTN-B	2022	47.356
NTN-B	2024	117.311
NTN-B	2035	78.777
NTN-C	2021	29.745
NTN-C	2031	64.999
DPGE	2015	72.661
CCB	2015	<u>34.076</u>
Provisão CCB Bolero (**)	2015	<u>-34.076</u>
Total		<u>579.830</u>



Provisões

A Provisão para Devedores Duvidosos – PDD é registrada quando algum ativo de crédito privado deixa de cumprir com suas obrigações (pagamento de principal e/ou parcelas).

O cálculo da provisão é realizado por meio de percentual (%) aplicado sobre o saldo devedor, que é formado pelo patrimônio do ativo em 31 de dezembro de 2013, mais as parcelas em atraso. O impacto dessas provisões na Carteira Própria e no fundo exclusivo Primazia Crédito Privado serão demonstrados a seguir.

(*) Fundo de Investimento Primazia

Em virtude de inadimplemento no pagamento das parcelas e solicitação de vencimento antecipado por parte da Fundação das operações (CCBs Prol Editora Gráfica; CCCB Dedini S/A Indústria de Base e CCI Atac Participação e Agropecuária Ltda, CCCB Toscana Negócios e Participações S/A, CCB Inepar e CCB Canguru), todas alocadas no Primazia FIRF Crédito Privado, a GEAP por medida de prudência e conservadorismo, registrou a Provisão para Devedores Duvidosos –PDD, que totalizou R\$ 87.961.

(**) Carteira Própria

Em virtude da intervenção do BACEN – Banco Central do Brasil no Banco BVA S/A, a GEAPPrevidência, por medida de prudência e conservadorismo, efetuou a Provisão para Devedores Duvidosos – PDD de 100% do saldo devedor do ativo CCB BOLERO, alocado na Carteira Própria, no montante de R\$ 34.076.

b) Plano GEAPrev

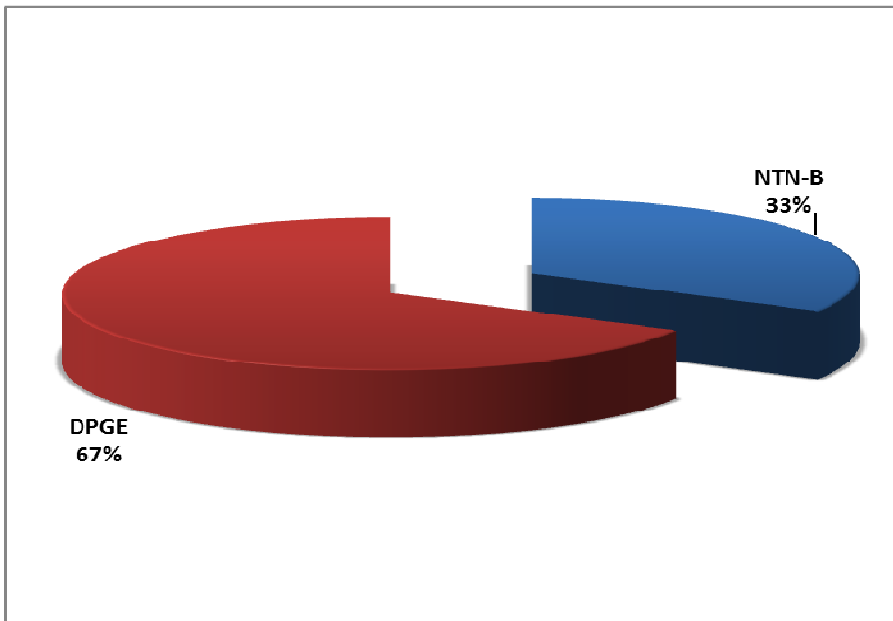
No Plano GEAPrev, os recursos no segmento de renda fixa estão alocados em títulos públicos e títulos privados através da carteira própria e de fundos exclusivos. A composição da carteira está demonstrada nos quadros a seguir:

Títulos para negociação – (Carteira de fundos exclusivos – consolidada):

<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2013</u>
NTN-B	2014	124
NTN-B	2015	554
NTN-B	2016	1.175
NTN-B	2018	795
NTN-B	2020	432
NTN-B	2022	1.142
NTN-B	2024	504
NTN-B	2030	209
NTN-B	2035	351
NTN-B	2040	412
NTN-B	2045	670
NTN-B	2050	1.037
NTN-C	2031	187
LFT	2014	125
LFT	2015	521
LFT	2017	25
LTN	2014	188
LTN	2015	250
LTN	2016	1.520
Debêntures	2014	7
Debêntures	2016	14
Debêntures	2017	245
Debêntures	2018	76
Debêntures	2020	7
DPGE	2015	11
LTN-O	2014	817
NTN-O	2014	585
NTN-F	2017	148
NTN-F	2021	5
CDB	2014	15
LFS	2018	513
LFS	2019	109
LF	2014	543
LF	2015	18
Cotas de Fundo RF		558
FIDC - Cotas sênior		6
Fundos de renda variável		6.618
Fundos estruturados		1.068
Saldos a pagar /a receber		<u>-2</u>
Total		<u>21.582</u>

Títulos para negociação – (Carteira própria):

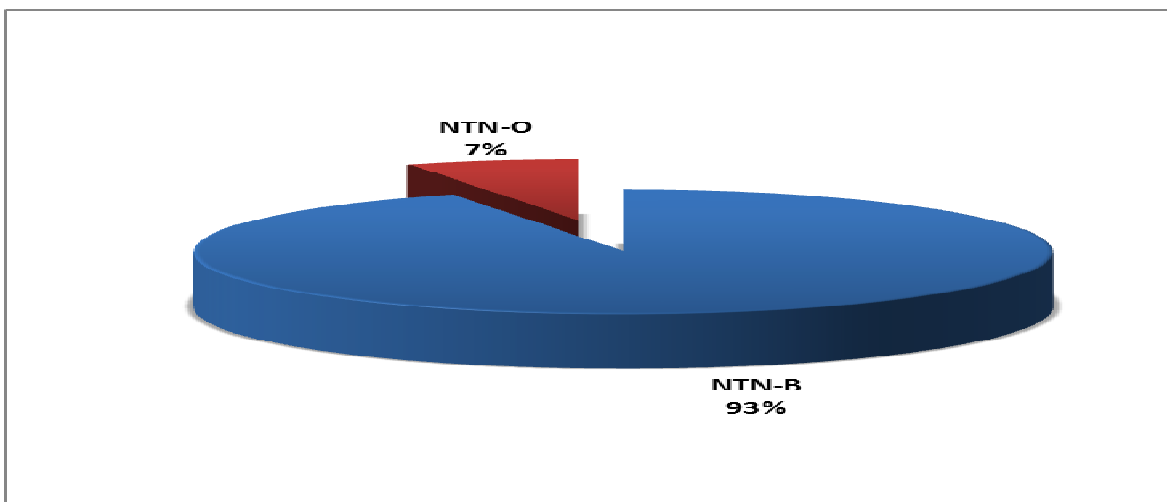
<u>Títulos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2013</u>
NTN-B	2014	1.218
NTN-B	2022	589
DPGE	2015	<u>3.633</u>
Total		<u>5.440</u>



c) PGA – Plano de Gestão Administrativa

No Plano de Gestão Administrativa, os recursos estão alocados em fundo exclusivo (BB Prime 18 FIRF), cuja carteira de títulos está demonstrada no quadro a seguir:

Títulos	Vencimento	2013
NTN-B	2014	182
NTN-B	2015	818
NTN-B	2016	1.265
NTN-B	2018	811
NTN-B	2020	636
NTN-B	2022	845
NTN-B	2024	622
NTN-B	2030	223
NTN-B	2035	432
NTN-B	2040	378
NTN-B	2045	925
NTN-B	2050	971
NTN-O	2012	568
Saldos a pagar /a receber		-1
Total		<u>8.677</u>



5. PERMANENTE

	<u>2013</u>		<u>Vida</u>	
	<u>Deprec./Amort.</u>		<u>Líquido</u>	<u>Útil</u>
	<u>Custo</u>	<u>Acumulada</u>		
Imóveis (a)	1.943	-36	1.907	50 anos
Sistema de processamento de dados	30	-24	6	10 anos
Móveis e utensílios	55	-37	18	10 anos
Máquinas e equipamentos de uso	4	-3	1	10 anos
Total	<u>2.032</u>	<u>-100</u>	<u>1.932</u>	

(a) O valor de R\$ 1.907 refere-se a 7,02% do montante do imóvel próprio da sede da GEAP Fundação de Seguridade Social, sucedida pela GEAP Autogestão em Saúde, localizada no Terraço Shopping Torre B 2º, 3º e 4º andares, no Octogonal Sul – Brasília/DF. Conforme Instrução MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, os imóveis devem ser reavaliados no mínimo uma vez a cada três anos.

Em 2013, a Fundação avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu não haver perdas por *impairment*. Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao “CPC 27 – Imobilizado” e ao “ICPC 10 – Esclarecimentos sobre os pronunciamentos técnicos CPC 27 – Imobilizado e CPC 28 – Propriedade para Investimentos”.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. Previdencial

São registrados os compromissos assumidos pelos planos de benefícios com a Gestão Previdencial.

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 é conforme segue:

	<u>2013</u>
Pecúlios a pagar - PPM	3.315
Pecúlios a pagar - AFA	212
Pecúlios a Proporcional em Vida - PPV	1.644
Retenções a Recolher	547
Ressarcimento das Despesas Administrativas - PGA	<u>1.049</u>
Total	<u>6.767</u>

6.2. Gestão administrativa

É registrado neste grupo de contas o montante a reembolsar para a Entidade GEAP Autogestão em Saúde, referente às despesas administrativas da Fundação GEAPP previdência.

	<u>2013</u>
Retenções a Recolher	4
Encargos a Pagar INSS 22,5%	3
Serviços de Terceiros	<u>590</u>
Total	<u>597</u>

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Neste grupo estão registrados os prováveis valores de desembolso de processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva.

	<u>2013</u>
Investimentos (a)	33.504
Previdencial	<u>7.540</u>
Total	<u>41.044</u>

(a) A Fundação possuía Certificado de Depósito Bancário - CDB no Banco BMD, no montante de R\$ 3.653, em 1998. Com a decretação de liquidação extrajudicial do banco, o valor do título foi contabilizado como perda. A Fundação entrou na justiça contra o Fundo Garantidor de Créditos para que o mesmo devolvesse o valor do título. Foi concedida liminar a favor da GEAP e os recursos foram depositados na conta corrente da Fundação em 17 de setembro de 2001. Os recursos, entretanto, foram bloqueados por outra liminar, pleiteando a devolução dos mesmos. Como o processo ainda não foi julgado em definitivo, a Fundação registrou em conta do Exigível Contingencial do programa de investimentos o montante em disputa, até que haja decisão final quanto à lide.

Adicionalmente, a Fundação possuía aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB no Banco Crefisul S.A, no valor de R\$ 14.019. Todavia, em 23 de março de 1999, a referida instituição financeira entrou em regime de liquidação extrajudicial. Com base em autorização da justiça, o Fundo Garantidor de Créditos liberou os recursos mediante apresentação de caução junto à Caixa Econômica Federal, pelo mesmo montante.

A Fundação, à época, caucionou o montante do valor discutido judicialmente em títulos de Renda Fixa (TDA'S e LFT), com diversos vencimentos no futuro. Todos os títulos foram resgatados até o exercício de 2006 e os valores depositados em conta corrente judicial da Caixa Econômica Federal – CEF, sendo o valor atualizado pela Taxa Referencial (TR), que perfaz o total de R\$ 29.849 em 2013, contabilizado em Depósito Judicial. A Fundação vem atualizando o valor do depósito judicial e constituindo provisão para perdas de sua totalidade no passivo contingencial.

Abaixo demonstramos a composição dos litígios com prognóstico de perda possível, tendo a Fundação como ré.

	<u>Valor reclamado</u>	<u>Risco</u>
Riscos cíveis	<u>12.416</u>	<u>12.416</u>
Total	<u>12.416</u>	<u>12.416</u>

A GEAP possui diversos processos cíveis, classificados pela consultoria jurídica com a chance de perda possível, sendo que a maioria das ações ajuizadas contra a Fundação refere-se ao recebimento antecipado do benefício de 80% de Pecúlio por Morte.

8. EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial é estabelecido e registrado com base em cálculos atuariais. Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Plano de Pecúlio Facultativo:

2013

• <u>Hipóteses financeiras</u>	
Taxa real de juros	4%
Projeção do crescimento real de salário:	2,15%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%
Salários	1
• <u>Hipóteses biométricas</u>	
Taxa de mortalidade geral	GKM1970

- Regime financeiro e métodos atuariais

- Regime de Capitalização (método agregado).

Plano GEAPREV:

2013

• <u>Hipóteses financeiras</u>	
Taxa real de juros	4%
Projeção do crescimento real de salário:	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	
Salários	1
• <u>Hipóteses biométricas</u>	
Taxa de mortalidade geral	AT 2000

- Regime financeiro e métodos atuariais

- Regime de Capitalização Financeira

8.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas pelo atuário interno, habilitado e contratado pela Fundação. Os saldos são demonstrados conforme segue:

2013

Benefícios a conceder (a)	
Plano de Pecúlio Facultativo	<u>1.424.113</u>
Benefício Definido Estruturado em	
Regime Capitalização Programada	583.663
Benefício Definido Estruturado em Regime	
Capitalização Não Programado	840.450
Plano Geaprev	<u>25.656</u>
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora	9.825
Saldo de Contas - Parcela Participante	<u>15.831</u>
Total	<u>1.449.769</u>

(a) As provisões de benefícios a conceder referem-se aos valores atuarialmente calculados dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder aos participantes que ainda não estão em gozo dos benefícios.

8.2. Equilíbrio Técnico

Conforme o Art. 20 da Lei Complementar Nº 109, de 29 de maio de 2011, o superávit técnico do plano de benefícios no ano deve ser destinado à formação de reserva para contingência, limitando-se a 25% (vinte e cinco por cento) das Provisões Matemáticas, e o restante à formação de Reserva Especial para Revisão de Plano. A composição do superávit técnico é conforme segue:

	<u>2013</u>
Reserva de contingência	356.028
Reserva para revisão de plano	<u>941</u>
Total	<u>356.969</u>

8.3. Fundos

Os fundos são constituídos a partir da ocorrência de resultado positivo entre as receitas e despesas, no caso do fundo do administrativo e assistencial, ou através de cálculos atuariais realizados por atuário interno, no caso dos fundos do programa previdencial e do programa de investimento.

Demonstramos a composição dos Fundos, conforme segue:

	<u>2013</u>
Fundo Previdencial	66.703
Pecúlio Facultativo (a)	65.322
Geaprev (b)	1.381
Fundo Administrativo (c)	<u>11.070</u>
Total	<u>77.773</u>

(a) O fundo previdencial para revisão de plano, no montante de R\$ 65.322 em 2013, foi constituído em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

(b) O montante de R\$ 1.381 do fundo previdencial do GEAPrev para o período de 2013 foi constituído para suprimento de eventuais déficits técnicos com benefícios concedidos.

(c) O valor do Fundo Administrativo pertence ao Plano de Pecúlio Facultativo.

9.1. Receitas

O custeio administrativo é oriundo da Gestão Previdencial e de Investimentos por meio de alocação direta das despesas específicas e despesas comuns.

Representam as Contribuições Administrativas (Patrocinadoras e Participantes) transferidas da Gestão Previdencial, recursos transferidos dos Investimentos para cobertura dos gastos administrativos, conforme demonstrado a seguir:

		<u>2013</u>
Receitas Administrativas		
Custeio Administrativo Previdencial	(a)	1.039
Custeio Administrativo de Investimentos	(b)	2.261
Total		<u>3.300</u>

Os recursos destinados ao Custeio Administrativo de Investimentos foram suportados pelo Plano Previdencial de Pecúlio Facultativo no montante de R\$3.300 em 2013.

(a) Custeio Administrativo Previdencial

Correspondem às transferências dos planos de benefícios, Pecúlio Facultativo e o GEAPREV, referentes às Contribuições Administrativas efetuadas pelas Patrocinadoras e Participantes. As Patrocinadoras e Participantes contribuíram com 5% sobre suas contribuições.

(b) Custeio Administrativo de Investimentos

São as transferências, efetuadas mensalmente de recursos dos investimentos, correspondentes aos gastos administrativos necessários para gestão dos recursos garantidores dos planos.

9.2 Despesas

As despesas administrativas foram suportadas pelas receitas advindas da Gestão Previdencial dos recursos dos Investimentos. As despesas administrativas específicas foram apropriadas nas respectivas gestões (Previdencial e Investimentos) e os gastos comuns foram rateados proporcionalmente de acordo com as atribuições do pessoal alocado em cada uma das gestões.

Os percentuais obtidos para alocação das despesas administrativas referem-se ao período de 01 de outubro a dezembro de 2013, são como segue:

	<u>2013</u>	
Despesas Administrativas		
Gestão Previdencial	2.206	94%
Gestão Investimentos	141	6%
Total	<u>2.347</u>	<u>100,00%</u>

9.3 A composição dos saldos do ativo e passivo por fundo é como segue:

	<u>2013</u>			
	<u>Plano de Pecúlio Facultativo</u>	<u>Plano GEAPrev</u>	<u>PGA</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo				
Disponível	3	2		5
Gestão previdencial	11.056	12		11.068
Gestão administrativa			1.059	1.059
Investimentos	1.883.155	27023	8.677	1.918.855
Permanente			1.932	1.932
	1.894.214	27.037	11.668	1.932.919
Passivo				
Gestão previdencial	6.766			6.766
Gestão administrativa			597	597
Investimentos				
Exigível contingencial	41.043			41.043
Patrimônio de cobertura do plano	1.781.083	25.656		1.806.739
Fundos	65.322	1.381	11.071	77.774
Total	<u>1.894.214</u>	<u>27.037</u>	<u>11.668</u>	<u>1.932.919</u>

Gestão Administrativa (Pecúlio e Geaprev) e Investimentos (Passivo) não possuem saldos no balanço, apesar de existirem valores no balancete.

10 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação em 28 de fevereiro de 2014.

AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
INTERVENTOR – Portaria nº 415
D.O.U. Seção 2 Data: 19/08/2013
CPF: 338.835.054-04

ANTONIO DA PAZ CARNEIRO
Gerente de Contabilidade
CPF: 296.139.901-78
CRC: 10.279/DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PAR 14/008

Aos
Administradores da
FUNDAÇÃO GEAPPREVIDENCIA
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO GEAPPREVIDENCIA** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela **FUNDAÇÃO**, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2013, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO GEAPREVIDENCIA** e individual por plano de benefício do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Brasília, 21 de março de 2014.



JOSIAS OLIVEIRA BARROS NETO

Contador CRC/DF 09386/O-1

NESTOR FERREIRA CAMPOS FILHO

Contador CRC/DF 013421/O-9

